

A queda da ponte de Entre-os Rios: Exibição em directo da dor e do luto

Sandra Marinho

Resumo: É nas sociedades democráticas, assentes em valores como a liberdade e o pluralismo, que se verificam as condições para o exercício do jornalismo. São estes mesmos princípios que fazem com que o trabalho dos jornalistas também possa, e deva, ser discutido por jornalistas, cidadãos e detentores de órgãos de poder público, nos e pelos próprios órgãos de comunicação social.

Esta é uma prática que se quer contínua e integrante do processo de produção jornalística, mas que emerge com mais força e acutilância em situações específicas, quando se trata de avaliar a cobertura de certos acontecimentos, particularmente aqueles que são imprevistos, implicam os poderes públicos e acarretam graves consequências, como a morte: o caso da queda da ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios, é disso exemplo. O acompanhamento jornalístico deste acontecimento suscitou diversas críticas, algumas até bastante violentas, por parte de diversos interlocutores, levando até à emissão de um comunicado por parte do Sindicato dos Jornalistas. A procura de informação sobre a 'tragédia' fez com que os principais jornais diários portugueses tivessem aumentado as tiragens nos dias seguintes, o *Jornal de Notícias* distribuiu uma edição extra e as televisões viram subir a audiência média.

No âmbito deste trabalho, propomo-nos dar conta das principais ideias do debate que então se verificou, identificando e caracterizando os argumentos que contribuíram para a problematização do jornalismo e procurando perceber até que ponto estas práticas configuram novos problemas e novas formas de fazer jornalismo. Teremos como ponto de partida os materiais publicados pelos *media* (imprensa escrita) sobre esta questão, em particular as análises, comentários, tomadas de posição e opiniões que argumentam sobre o caso.

Uma estória dos acontecimentos: os dias da 'tragédia'

Fazer o relato dos acontecimentos desencadeados pelo desabamento da ponte Hintze Ribeiro, na noite de 4 de Março de 2001, resultaria sempre numa estó-

ria incompleta. Haveria que dar conta do trabalho da Comissão de Inquérito, dos esforços das equipas de busca, da construção da nova ponte, das indemnizações, da decisão judicial de arquivar o processo, enfim, de uma série de factos e situações que, em conjunto, fariam a estória da queda da ponte de Entre-os-Rios. Mas não é esse o relato que aqui nos interessa. Não nos importa descrever os acontecimentos, nem sequer avaliar a cobertura que os *media* deles fizeram. Queremos, sim, dar conta do que foi dito sobre a produção jornalística: a opinião publicada.

Por isso, os limites temporais pelos quais nos orientamos são definidos, precisamente, pelos acontecimentos que suscitaram a produção de notícias e o debate em torno das orientações e características dessa produção. Sendo assim, elegemos como limites para a análise os textos publicados entre o dia 5 de Março de 2001 (o dia a seguir à queda da ponte) e o dia 7 de Abril de 2001, data em que foi retirado do Douro o segundo carro (dos três que caíram, juntamente com o autocarro), o que perfaz aproximadamente um mês. Esta delimitação temporal é metodológica e orienta a pesquisa do material para a análise. Isto não impede que, caso tivesse sido localizado um texto de reflexão posterior, ele tivesse sido considerado.

Passemos então aos factos principais, começando pela noite de 4 de Março de 2001: faltariam poucos minutos para as 23h, quando desabou a ponte Hintze Ribeiro, em Entre-os-Rios, arrastando consigo um autocarro com 59 pessoas e três carros. Tratava-se do maior acidente rodoviário ocorrido em Portugal. As operações de resgate começaram na manhã seguinte, ao sabor das condições meteorológicas e do caudal do rio. Para o local deslocou-se uma equipa do Instituto Hidrográfico, chefiada pelo comandante Augusto Ezequiel, o homem que haveria de ser o rosto das conferências de imprensa que foram transmitidas nos telejornais, da ligação entre os técnicos e os familiares das vítimas, enfim, o *pivot* da operação. A Castelo de Paiva afluíram, desde o primeiro dia, centenas de populares, jornalistas e políticos e todos os portugueses passaram a saber o que são 'sonares', 'ROV', 'poitas' e 'magnetómetros'. O acontecimento é seguido pela imprensa internacional: CNN, Sky News, Reuters TV, Rai Uno ou TV5 abrem os seus noticiários com o relato da tragédia. O primeiro cadáver é resgatado do rio Douro no dia seguinte ao do desabamento e, a 6 de Março, é feito o primeiro *briefing* em directo a partir de Castelo de Paiva, uma estratégia de comunicação implementada para controlar a informação difundida pelos meios de comunicação:

'Os carros das televisões com as antenas apontadas ao céu indicavam que o país se tinha mudado em peso para Castelo de Paiva. Canais de TV e rádio transmitiam em directo declarações oficiais, comunicados à imprensa, comentários ao acidente, desabafos, uma ou outra inconfidência apanhada na mistura explosiva e anárquica entre fontes de informação e órgãos de comunicação social.

(...) Declarações das entidades envolvidas nas buscas só a horas previamente determinadas e em conferência de imprensa. As orientações foram dadas por um assessor do primeiro-ministro. António Guterres já estava em Lisboa, mas deixou os olhos e os ouvidos em Castelo de Paiva. A partir desse dia um novo termo entrou no vocabulário diário dos portugueses, que passaram a almoçar e jantar ao som o *briefing* em directo de Castelo de Paiva.' (Ezequiel & Vieira, 2002: 35,36)

Um resultado político imediato foi o pedido de demissão do então ministro do Equipamento e Obras Públicas, Jorge Coelho. Instaure-se um inquérito para apurar as causas e responsabilidades do acidente e o Governo decide indemnizar os familiares das vítimas. A 7 Março, todo o país acompanha em directo o primeiro mergulho nas águas do Douro, uma tentativa falhada que foi alvo de uma vasta cobertura televisiva:

'Muito provavelmente foram os 20 segundos mais emocionantes da história recente da televisão portuguesa, isto apesar de nada mostrar. Afinal quase tudo se passou debaixo de água. O mergulho foi transmitido em directo e analisado ao pormenor por especialistas em estúdio e repórteres no local.' (Ezequiel & Vieira, 2002: 43,44)

Nos dias que se seguem, há corpos a dar à costa na Galiza, intervenções falhadas de equipas de resgate estrangeiras, realiza-se o primeiro funeral e toma posse o Presidente da República, Jorge Sampaio. Domingo, 11 de Março, é o dia marcado para voltar a mergulhar no Douro, em busca do autocarro e das viaturas desaparecidas, mais um esforço que haveria de fracassar. Os (muitos) órgãos de comunicação presentes no local acompanham todos os passos do processo:

'Os jornalistas das televisões, das rádios e muitos outros começavam a preparar-se. O movimento naquele pequeno espaço era tal que mais parecia um desfile de «formigas» atarefadas de um lado para o outro.

(...) Parecia um dia de romaria. As duas margens do rio assemelhavam-se a duas bancadas, repletas de público. Fiquei muitíssimo preocupado com a exposição a que o pessoal ficaria sujeito durante as operações de validação do eco, pois todo esse espectáculo iria aumentar ainda mais a pressão e o nervosismo a que já estávamos submetidos.' (Ezequiel & Vieira, 2002: 43,44)

Finalmente, a 19 de Março é localizado o autocarro. A 1 de Abril, resgata-se a primeira viatura e, uma semana depois, encontra-se a segunda. No dia seguinte, a 8 de Abril de 2001, as equipas de busca deixam Entre-os-Rios. Regressam a 18 de Junho, para retirarem do Douro o terceiro carro e, dois dias depois, abandonam definitivamente o local.

O debate sobre as responsabilidades é constante e nele tomam parte os mais diversos actores: políticos, técnicos, jornalistas e cidadãos. O palco das análises e contestações são as páginas dos jornais e as transmissões, maioritariamente

em directo, das televisões. Ficou na memória de todos a frase que mais se ouviu acerca desta matéria: 'a culpa não pode morrer solteira'. Lemos, ouvimos e vimos as críticas aos políticos, às equipas de resgate, aos engenheiros da JAE, aos areeiros, mas também se avaliou o papel dos órgãos de comunicação. Fizemos esta 'estória dos acontecimentos' a partir das memórias e impressões de Augusto Ezequiel, comandante das operações. A sua avaliação relativamente ao comportamento dos jornalistas é, de alguma forma, representativa do discurso presente nos textos de opinião que analisámos: são identificadas algumas práticas incorrectas, contudo a responsabilidade máxima não é atribuída aos jornalistas no terreno, mas sim às redacções, sendo normalmente apontadas circunstâncias atenuantes do comportamento dos profissionais no terreno. Todavia, nem todos escreveram sobre os mesmos assuntos, nem o tom do discurso foi igual.

Uma estória da cobertura jornalística: interlocutores, críticas e justificações

Já tivemos oportunidade de referir que o objectivo deste trabalho não é o de avaliar a cobertura jornalística da queda da ponte, mas sim dar conta da avaliação que foi feita, na altura dos acontecimentos, por um conjunto de indivíduos que manifestaram a sua opinião nas páginas dos jornais. Foi já, igualmente, limitado o material em análise, espacial e temporalmente: trata-se de artigos de opinião publicados em jornais nacionais (*Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Expresso*), desde a queda da ponte até ao dia em que as equipas de busca abandonam Entre-os-Rios.

Quanto aos intervenientes, os que tomaram a palavra são oriundos de diferentes quadrantes: classe política, *opinion makers*, cronistas, jornalistas (com e sem responsabilidades directivas) e até o próprio Sindicato dos Jornalistas. Entre outros, encontramos textos de Emídio Rangel, então director da SIC; Pacheco Pereira, político e cronista do *Público*; Eduardo Cintra Torres, crítico de televisão e cronista do *Público*; Judite de Sousa, jornalista da RTP e cronista do *JN*; Carlos Magno, jornalista e comentador; Joaquim Fidalgo, então Provedor do Leitor do *Público*; José Manuel Fernandes, director do *Público*; Luís Marinho e Pedro Coelho, jornalistas da SIC, ou Júlio Magalhães, jornalista da TVI.

O tom das críticas subiu de tal forma que o então ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, chegou mesmo a contactar RTP, SIC e TVI, 'no sentido de «sensibilizar as televisões para usarem de contenção na cobertura noticiosa» dos acontecimentos em Castelo de Paiva, nomeadamente no que se refere aos funerais das vítimas' (*Público*, 11 de Março de 2001). Em resultado, as televisões haveriam de estabelecer um pacto de 'auto-regulação', criticado pelo Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, num comunicado de

13 de Março¹, classificando-o como um 'pacto de não agressão comercial' – com a ética jornalística como refém², já que as estações se comprometiam a recuar e a conterem-se eticamente, mas só se os concorrentes também o fizessem. De uma leitura dos textos publicados, percebe-se que o tom geral é de crítica, dirigida quase exclusivamente às transmissões televisivas. Por um lado, trata-se do meio de comunicação a que mais recorrem os portugueses para obter informação³, o que lhe confere uma maior visibilidade, logo uma maior exposição a críticas. Por outro lado, as características de funcionamento da televisão também podem limitar o trabalho dos seus profissionais, como reconhece o director do *Público*, um dos jornalistas que mais objecções colocou à cobertura da queda da ponte:

'Devo começar por dizer que é mais fácil na imprensa escrita. Os jornalistas da imprensa escrita, tal como não têm de viver a prova do directo, têm tempo para se distanciar e reflectir. Podem descrever uma situação de grande intensidade sem a necessidade de a ilustrar com imagens igualmente intensas. Podem – o que é muito importante – assistir a um evento sem se intrometer nele com uma câmara ligada. Podem ser discretos' (*Público*, 25 de Março de 2001).

Na mesma edição, também o Provedor do Leitor do *Público* chamava a atenção para alguns constrangimentos do jornalismo televisivo, por comparação com o processo de produção das notícias impressas, que, de alguma forma, poderão 'desculpabilizar' ou explicar alguns excessos cometidos:

'Um jornal tem a vida facilitada. Os seus jornalistas não são obrigados a escrever «a quente», mesmo que em cima do drama: têm sempre algum tempo, minutos que sejam, para pensar um pouco e distanciar-se dos acontecimentos que presenciaram. O seu texto raramente vai «para o ar» sem que outros colegas o leiam, alargando a reflexão. Entre o momento dos factos e a sua chegada aos leitores vai um longo percurso, com intervenções variadas que ajudam a minorar os riscos de envolvimento excessivo numa fogueira de emoções e sentimentos. Algo que não tem um repórter de rádio ou TV, obrigado, com microfone aberto e câmara em acção, a fazer tudo no imediato e sem rede: contar, improvisar, entrevistar, interpretar, aguentar o directo enquanto a chefia mande. Assim, falhas ou excessos deste tipo nos jornais são em alguma medida mais graves, pois são mais fruto de acções ponderadas do que de lapsos e contingências

¹ Disponível em: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=297&cidselect=33&cidCanal=33&p=4>
² Sobre esta matéria têm sido divulgados diversos estudos, de diferentes entidades. A título de exemplo, referimos uma notícia do *Público* que, a 15 de Maio de 2002, divulgava um estudo do Eurobarómetro, segundo o qual o meio de comunicação em que os portugueses mais confiavam era a televisão (acima da média europeia). Também em Novembro de 2004, um estudo da Associação Europeia de Publicidade Interactiva revelava que a televisão era o meio de comunicação a que os europeus mais recorriam para obter informação e, no mês seguinte, a Marktest dava a conhecer que Portugal é, de entre os 33 países que são membros do Observatório Europeu do Audiovisual, aquele que regista uma maior percentagem de posse de dois televisores no lar (em 70,6% das casas portuguesas existiriam, pelo menos, dois aparelhos de televisão).

do momento. Menos desculpáveis, pois.' (Joaquim Fidalgo, *Público*, 25 de Março de 2001)

As críticas apontadas podem ser agregadas em torno de alguns vectores principais, sendo que o abuso das transmissões em directo é o aspecto mais apontado, associado aos efeitos que acarretam, nomeadamente a falta de conteúdo e novidade (a 'não-notícia'), a falta de filtragem das fontes de informação no local (todos tinham palavra), a repetição de imagens ou ainda o facto de que '... o simples ligar das câmaras induz com frequência comportamentos que não teriam lugar sem a presença de holofotes acesos' (José Manuel Fernandes, *Público*, 25 de Março de 2001). O tom dos reparos não é o mesmo. Em alguns casos, é mais contundente:

'O jornalista medeia, filtra, selecciona o que é importante e tem o dever de evitar o voyeurismo macabro, obsessivo e degradante. Mas, aparentemente, já não há jornalistas nas televisões. Há apenas figuras ambulantes, de microfone na mão, que enchem horas de nada e fazem perguntas imbecis. E que, depois, se precipitam, à hora dos telejornais, para uma tenda onde membros do Governo os substituem na missão de informar. Não são jornalistas, são pés-de-microfone.' (José Manuel Fernandes, *Público*, 21 de Março de 2001)

'(...) o modo como as televisões, em particular a TVI, cobriram o acidente da ponte não tem paralelo no panorama televisivo europeu. Ninguém imagina, em nenhum país da Europa, que televisões generalistas nacionais possam estar 15 dias com dezenas e dezenas de horas a falar da mesma coisa, com 90 por cento da matéria dos noticiários ocupada por um espécie de masturbação colectiva da dor alheia.' (Pacheco Pereira, *Público*, 15 de Março de 2001)

'O choque, agora, foi que, a um desastre típico do Terceiro Mundo, correspondeu uma cobertura televisiva própria de um país subdesenvolvido e isso impressionou alguns.' (Francisco Sarsfield Cabral, *Público*, 24 de Março de 2001)

'(...) estes modos de fazer inscrevem-se lindamente numa lógica mais vasta, mais global, que tem contaminado boa parte da comunicação social, e onde o rigor, a distância crítica e a prevalência de critérios jornalísticos, o escrúpulo ético, o respeito pela inteligência dos leitores/espectadores, cedem o passo à espectacularização, à ligeireza, ao aproveitamento primário da emoção ou da dor, ao seguidismo pacóvio, ao sensacionalismo em todas as suas dimensões.' (Joaquim Fidalgo, *Público*, 18 de Março de 2001)

Já Eduardo Cintra Torres assume uma posição mais moderada na crítica às transmissões televisivas: 'A TV é má quando, em vez de dar factos e interpretações, faz ela própria as emoções, quando adjectiva o que vemos e sabemos. Aconteceu poucas vezes em Entre-os-Rios' (*Público*, 12 de Março de 2001).

Se as críticas se dirigem aos profissionais da televisão em geral, nomeadamente aos jornalistas e aos responsáveis editoriais, são mais severas em relação aos segundos:

'(...) Mas se no terreno há profissionais que se prestam a este triste papel, na direcção das três televisões há responsáveis que não sabem dizer «alto». Que não suportam a perspectiva de, desligando o directo, a estação perder uns pontos de *share*. Que não entendem que os telespectadores já estão enjoados – e que mesmo que não estivessem era seu dever mostrar-lhes o resto que se passa no mundo, ou no país.' (José Manuel Fernandes, *Público*, 21 de Março de 2001)

Também o, já aqui citado, Comunicado do Sindicato dos Jornalistas procura identificar as circunstâncias atenuantes do comportamento dos jornalistas no terreno, atribuindo a principal responsabilidade às redacções:

'(...) a primeira das causas reside na decisão editorial de manter tão prolongadamente os directos em situações sem velocidade de acontecimentos que justificasse tanto tempo de câmara ou microfone abertos.

'(...) Em situações como estas (...) é na redacção e não no repórter que tem de incidir a maior dose de responsabilidade na prevenção de erros causados pela tensão, pelo stress e pela falta de tema para sustentar o directo. O repórter de campo vive a obsessão técnica de não permitir segundos de silêncio – que, em televisão e rádio, são uma eternidade – e, quando dá por si, já está a fazer uma pergunta disparatada ao primeiro que passa e que, no final, sai agredido na sua sensibilidade.'

Um dos intervenientes nos processos editoriais que toma palavra é Emídio Rangel, que transfere para a pressão da concorrência, em particular da TVI, a responsabilidade da manutenção dos directos de Entre-os-Rios:

Quero insurgir-me contra o espírito mórbido que campeia neste país e me obriga a manter dezenas de horas de emissão feitas num lugar onde já muito pouca coisa pode acontecer. Quero insurgir-me contra o estilo sensacionalista/terrorista da TVI, que está a criar em Castelo de Paiva a revolta das populações contra a comunicação social porque quer fazer da tragédia de Entre-os-Rios o «Big Brother III».' (Emídio Rangel, *Diário de Notícias*, 10 de Março de 2001).

Uma resposta contundente a esta tomada de posição veio de Joaquim Fidalgo, então Provedor do Leitor do *Público*:

'Neste contexto, é simplesmente fabuloso que alguns dos conhecidos arquitectos (e empreiteiros...) desta lógica, tributária do simples comércio e do sucesso rápido, venham agora lamentar-se por serem «obrigados» a fazer o que, lá no fundo, até nem desejam. E quem os obriga? Segundo Emídio Rangel, director da SIC, é o «espírito mórbido que campeia neste país» – mas quem é que o espreitou, adoulo, acarinhou e até justificou?... Ou é o «estilo sensacionalista/terrorista da TVI»

– mas com quem aprendeu ela as primeiras letras do que está agora a levar a limites mal imaginados?... Mudam-se os tempos, mudam-se as audiências – e mudam-se as vontades.’ (*Público*, 18 de Março de 2001)

Perante a necessidade de manter os directos no ar, os jornalistas no terreno acabaram por se ver na contingência de terem de abordar populares e familiares das vítimas, um recurso que foi classificado por muitos como uma exploração da dor e dos sentimentos. Esta é uma faceta apontada pelo próprio Sindicato: ‘Entrevistas a crianças, abordagem a pessoas dentro das suas casas, interpelação a populares em visível estado de comoção foram alguns dos erros profissionais graves detectados nestas coberturas.’ O aspecto mais visível, que tomou já o jeito de caricatura, foi, sem dúvida, a tradicional pergunta ‘Como se sente?’. Estes procedimentos foram alvo de fortes críticas, como é o caso de Pacheco Pereira, ao referir-se à cobertura da TVI:

‘Quinze dias de exploração brutal da dor, sob múltiplas formas incluindo a estetização da tragédia com imagens e som tratado, e o incentivo a actos espectaculares para «encher» a cobertura televisiva – como algumas colocações de flores no rio – não podem deixar de ter um efeito muito poderoso nos espectadores, que, viciados no consumo televisivo, não tiveram qualquer alternativa que não fosse ficarem mergulhados numa celebração espectacular da dor.’ (*Público*, 15 de Março de 2001)

Também em relação a esta matéria, Eduardo Cintra Torres adopta uma posição diferente dos que colocam a tónica na exploração dos sentimentos dos entrevistados: ‘os meios de massas esforçaram-se por dar toda a informação, a que deviam dar, alguma que não precisavam de dar e até uma ou outra que não deviam dar... A TV, na maioria das vezes, tem o consentimento de quem mostra o sofrimento’ (*Público*, 12 de Março de 2001). Este é também um dos aspectos mencionados por Júlio Magalhães, um dos jornalistas que esteve em serviço na cobertura do acontecimento: ‘Não recorremos a truques nem, como diz a mensagem que se quer fazer passar, à exploração indevida e brutal de quem estava a sofrer. Fizemos televisão, não obrigámos ninguém: e, ao contrário do que foi veiculado, nunca senti em Castelo de Paiva qualquer hostilidade’ (*Expresso*, 7 de Abril de 2001).

Outra crítica recorrente nos textos de opinião que fazem parte do nosso *corpus* de análise diz respeito à manipulação dos jornalistas pelo poder político e ao aproveitamento por parte dos políticos da presença das câmaras. Nesta matéria, as atenções centraram-se nas já referidas conferências de imprensa das 20h e nos mergulhos em directo, encenações para ‘responder à voracidade das câmaras’ (Pacheco Pereira, *Público*, 15 de Março de 2001). Pacheco Pereira é um dos que critica a ‘(...) cada vez maior continuidade entre a cons-

trução do *show* televisivo e os comportamentos de todos os outros agentes, a começar pelos agentes políticos (...)’:

‘Outra absoluta insensatez são as conferências de imprensa das oito horas, feitas por uma panóplia de ministros e secretários de Estado. Na verdade, (...) usam os seus poderes administrativos para impedir a circulação de informação durante o dia, para serem eles a dá-la à noite, em exclusivo (...) Este tropismo para as câmaras (...) atinge os populares, muitos dos quais não são familiares das vítimas, mas reclamam o seu direito de «ver» as operações e de serem ouvidos pelas televisões.’ (*Público*, 15 de Março de 2001)

São várias as vozes que se insurgem contra esta ‘relação’ entre os *media* e os políticos, embora nem todos adoptem o mesmo tom. Uns colocam a tónica nas tentativas de controlo por parte do poder político e outros na falta de discernimento dos jornalistas. Emídio Rangel coloca-se na primeira perspectiva: ‘Quero insurgir-me contra as autoridades civis e militares que não têm a coragem de assumir que não há condições para mergulhar no rio (...) e fazem «teatro» para a televisão com mergulhos de ensaio’ (*Diário de Notícias*, 10 de Março de 2001). José Manuel Fernandes (*Público*, 25 de Março de 2001) aponta o dedo aos políticos, mas também atribui responsabilidades aos jornalistas: ‘(...) Outra coisa é ocupar, dias a fio, longos minutos de telejornal com explicações técnicas do que se havia passado em Castelo de Paiva no dia que terminava, explicações dadas por membros do Governo – os quais, entretanto, dificultavam o acesso directo dos jornalistas às fontes – e que podiam ter sido prestadas horas antes’, mas que, dessa maneira, não entrariam na abertura dos telejornais. Por outro lado, afirma que ‘(...) verdadeiros jornalistas e responsáveis editoriais de corpo inteiro há muito que se recusariam a manter a farsa dos *briefings* governamentais em directo (...)’ (*Público*, 21 de Março de 2001). Eduardo Cintra Torres acredita que ‘(...) a correlação entre actividade televisiva e actividade política é total’, mas procura evidenciar o carácter de ritual e encenação das transmissões televisivas, abrindo caminho para a perspectiva de que a televisão também organizou a acção política:

‘(...) as acções da Marinha, sempre realizadas a horas mediáticas, atingiram o zénite com os últimos mergulhos cerca da hora de almoço, hora de grande audiência (...) Encenou-se a presença do poder político, com o primeiro-ministro no local, exactamente a essa hora.’ (*Público*, 17 de Março de 2001)

‘Foi a operação televisiva que estabeleceu o calendário da acção política e até de alguma acção operacional. Transferida para a TV, a tragédia teve o que muitos espectadores, familiares, jornalistas e mirones exprimiram: a dimensão do espectáculo.’ (*Público*, 12 de Março de 2001)

O papel da televisão enquanto propulsora da acção dos políticos, o que lhe atribui responsabilidade social, é referido em outros textos de opinião, nomeadamente por Júlio Magalhães: 'Foram as câmaras de televisão que nos primeiros dias deram voz a familiares, amigos e populares de Castelo de Paiva – que nos procuraram para mostrar a revolta que lhes ia na alma. Foi a partir dessas imagens que o Governo se mobilizou e organizou naquela região' (*Expresso*, 7 de Abril de 2001). Opinião diferente tem Pacheco Pereira, que vê unicamente na busca de audiências a razão de ser do *show* de Entre-os-Rios: '(...) o *show* televisivo não tem qualquer papel na melhoria da coisa pública em Portugal. Por duas razões, uma é que o efeito pretendido (...) não é esse: é o sucesso nas audiências, sem substância ou traço permanente de qualquer consciência cívica' (*Público*, 15 de Março de 2001).

Sublinhámos, até agora, as principais críticas que foram feitas na imprensa à cobertura televisiva da queda da ponte Hintze Ribeiro. É de esperar reacções por parte dos profissionais em causa, sejam jornalistas no terreno ou responsáveis editoriais. Ao nível dos últimos, já referimos a opinião de Emídio Rangel, que atribui as responsabilidades dos desvios às pressões da concorrência, particularmente da TVI. Um dos profissionais do campo jornalístico que emitiu críticas mais contundentes foi o director do *Público*, José Manuel Fernandes, em particular num texto intitulado 'Já não há jornalistas nas televisões?' (*Público*, 21 de Março de 2001), o qual suscitou vivas respostas, nomeadamente dos jornalistas da SIC Luís Marinho e Pedro Coelho, e de Júlio Magalhães, jornalista da TVI, uma das estações mais visadas. Entre os jornalistas da SIC e o director do *Público*, gerou-se uma acesa 'discussão' que envolveu alguma troca de acusações e explicações (*Público*, 21 e 25 de Março).

Em termos gerais, podemos dizer que não há desresponsabilização por parte dos jornalistas em relação aos excessos cometidos em Entre-os-Rios. O comunicado do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas testemunha-o, bem como a opinião de alguns profissionais:

'Os jornalistas não podem ser vistos como uns «vampiros». É claro que existiram erros e excessos, mas não terão sido voluntários e terão decorrido tão simplesmente daqueles que hoje em dia são os «paradigmas da comunicação», a saber «as tecnologias» que «condicionam a forma como percebemos a realidade e abrem caminho à hipermediatização».' (Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2001)

'É um facto que os directos das televisões têm sido em excesso, dessa crítica eu também partilho, mas partir daí para passar um atestado de incompetência aos jornalistas das televisões é uma atitude irresponsável.' (Pedro Coelho, *Público*, 25 de Março de 2001)

Sem escamotear os erros cometidos, os jornalistas defendem-se com as circunstâncias em que se desenrola o trabalho de reportagem (em directo, em condições físicas muito exigentes, no centro de um acontecimento onde a informação escasseia e se vivem momentos de muita ansiedade):

'Somos levados a valorizar uma emissão informativa, a cobertura de um determinado acontecimento, pela capacidade que uma estação de televisão revela em estar, em directo, em vários sítios ao mesmo tempo (...) Por definição, o jornalista é uma testemunha profissional do acontecimento, mas a sua função de mediatizador de factos fica alterada com a informação em tempo real. Os factos são divulgados na desordem de um acontecimento que está em produção (...)

(...) Os jornalistas devem garantir que imagens inaceitáveis não sejam difundidas. Mas é importante sublinhar que no terreno, em circunstâncias difíceis, o jornalista poderá não estar em condições de proceder à necessária reflexão sobre o compromisso da sua responsabilidade.' (Judite de Sousa, *Jornal de Notícias*, 17 de Março de 2001)

'(...) cheguei duas horas depois do acidente, estive toda a noite sem dormir e o dia seguinte todo ele «em directo». Permaneci dias e dias à chuva e ao frio, em locais lamacentos, com mais de 30 viagens entre o Porto e Castelo de Paiva...' (Júlio Magalhães, *Expresso*, 7 de Abril de 2001)

Talvez a resposta mais veemente tenha sido a de Júlio Magalhães, em reacção às observações dos vários comentadores, mas em particular ao já referido texto de José Manuel Fernandes, onde o jornalista da TVI afirma que 'não é lícito, pois, ver os chamados fazedores de opinião... e até colegas de profissão porem em causa o trabalho dos profissionais que estiveram deslocados em Castelo de Paiva'. Quanto às alegadas pressões das redacções, esclarece ainda: '(...) nunca ninguém nos obrigou a estar «em directo» as horas que fossem precisas – da minha redacção (...) perguntaram sempre se era possível aguentar as emissões: nada foi imposto'; '(...) os acontecimentos editoriais de Castelo de Paiva foram sempre comandados por quem estava no terreno'. Acaba em tom irónico, devolvendo a crítica da 'busca desenfreada de audiências':

'Há dez anos que apresento o jornal da hora de almoço: primeiro na RTP, agora na TVI. Alguns dos críticos que tenho lido e ouvido por estes dias nos jornais e na rádio, já os convidei para o estúdio. Recusaram-se, mas não se recusam quando se trata dos jornais da noite, do *prime time*: audiências, pois então.' (*Expresso*, 7 de Abril de 2001)

Joaquim Fidalgo foi um dos intervenientes que, embora tecendo duras críticas, não deixou de apontar uma nota positiva em relação ao trabalho dos jornalistas e das redacções:

‘Responsabilizar esta lógica global e carregar as costas do «sistema» não pode fazer-nos esquecer que ele também é composto de gente concreta, de responsáveis que tomam decisões, de gestores que estimulam escolhas, de editores e jornalistas que diariamente fazem o seu trabalho e o servem ao público. E, há que dizê-lo, não são todos exactamente iguais, não se guiam todos pela mesma cartilha, não soçobram todos perante a dificuldade dos desafios que se lhes colocam. Para além dos constrangimentos directos e indirectos em que se movem, algum espaço lhes sobra de autonomia e liberdade para, quando seja caso, também poderem interrogar, reclamar, ou mesmo dizer «não», recordando princípios fundamentais a que estão vinculados em nome do serviço público que servem à comunidade. (...) De resto, convirá não esquecer que, mesmo nestes episódios difíceis da ponte de Castelo de Paiva, também por cá tivemos vários bons exemplos, individuais e colectivos, de informação séria, comedida, respeitadora da dignidade das pessoas envolvidas, e nem por isso menos viva e menos cativante. Ou seja: também é possível. Não basta ingenuamente querer que assim seja para que seja de facto, mas é preciso começar por querer. Sem mentir, claro.’ (*Público*, 18 de Março de 2001)

Augusto Ezequiel, o comandante das operações de resgate, recorda casos em que a notícia foi adiada, ou foram encontrados compromissos. Uma destas situações viveu-se no dia 22 de Março quando, na presença de uma jornalista, uma patrulha encontra um corpo, de imediato identificado como sendo o do organizador da excursão:

‘Entrei em contacto com a jornalista, expus a situação e pedi-lhe que, de momento, retivesse a informação. A jornalista compreendia, mas não queria correr o risco de não ser a sua rádio a primeira a divulgar a notícia. Chegámos a uma solução de compromisso: ela noticiaria o aparecimento de mais um corpo sem qualquer outra referência... Este e outros problemas surgiam com alguma frequência, mas a abertura com que normalmente comunicávamos com os repórteres e a disponibilidade permanente em divulgar os trabalhos já nos permitia resolvê-los tranquilamente’ (Ezequiel & Vieira, 2002: 134).

Também a 7 de Abril, quando é retirado um dos veículos ligeiros do Douro, se vive uma situação análoga:

‘A prioridade passava, como habitualmente, por avisar o pai da vítima. Encontrava-me algo ansioso, pois a hora dos telejornais aproximava-se e os repórteres não demorariam muito tempo a desconfiar das movimentações das equipas (...) Como ainda não se tinha conseguido avisar os familiares, agradecia que não divulgassem a notícia sem que esses contactos fossem feitos. Comprometi-me a informá-los logo que o pai do condutor do carro fosse avisado. Os jornalistas, demonstrando um enorme respeito pelos familiares, aceitaram o meu pedido’ (Ezequiel & Vieira, 2002:196).

A 20 de Março, num directo, o autocarro é localizado e içado para a margem. Há circunstâncias que fazem interromper a emissão:

‘O realizador, sentado frente a meia dúzia de ecrãs, conseguia ver o autocarro perfeitamente. As câmaras, instaladas em várias posições, captavam o veículo em todos os ângulos. De repente apercebe-se de algo estranho focado por um dos operadores. Após um momento de hesitação, e quando se apercebe de um corpo se encontrava a boiar, dá indicações para a câmara sair do ar. No monitor onde surge a emissão final podem ver-se as ruínas da ponte, as margens cheias de guarda-chuvas negros... No dia anterior, os três canais de televisão tinham acordado transmitir de forma contida a operação de resgate. Em causa estava a dor dos familiares e a sensibilidade do público perante um drama à escala nacional.’ (Ezequiel & Vieira, 2002:126).

E, afinal, parece que não só nas televisões, mas também na imprensa, talvez inadvertidamente, se pode cometer excessos:

‘Quando vi a primeira página do jornal não consegui esconder um certo desagrado. A manchete do resgate vinha ilustrada com uma fotografia do carro suspenso sobre as águas, onde era visível parte do corpo de uma das vítimas. Provavelmente o leitor mais desprevenido nem repararia no pormenor, mas a situação não deixou de me provocar alguma tristeza, até porque no dia anterior pedira aos jornalistas para serem cuidadosos. Nada podia fazer. A publicação da fotografia não foi intencional, lembro-me de ter comentado o assunto com o jornalista que escreveu a notícia e de ter concluído que a imagem foi escolhida, simplesmente, por retratar melhor o resgate do carro.’ (Ezequiel & Vieira, 2002:175)

Através desta abordagem, procurámos identificar, a partir dos testemunhos dos intervenientes, alguns aspectos do debate que se gerou em torno da cobertura jornalística da queda da ponte em Entre-os-Rios, nomeadamente os interlocutores, as principais críticas e as justificações. Relativamente aos interlocutores, manifestaram a sua opinião nas páginas dos jornais políticos, comentadores, cronistas, jornalistas, jornalistas no terreno, responsáveis editoriais, provedores de leitor e o próprio Sindicato dos Jornalistas. Criticou-se essencialmente as transmissões televisivas, em particular o abuso dos directos, o aproveitamento do poder político, com consentimento dos jornalistas, e a exploração da dor dos familiares das vítimas. As justificações surgiram como resposta às críticas, por parte dos jornalistas, mas também foram enunciadas por outros interlocutores, como resultado da análise do fenómeno. Apontou-se a especificidade do trabalho em televisão, pela sua imediatez, as circunstâncias do directo, que dificultam a filtragem, a pressão das redacções sobre os jornalistas no terreno e os efeitos da concorrência.

Foi isto, em traços gerais, o que se disse da cobertura jornalística, melhor dizendo televisiva, da queda da ponte em Entre-os-Rios. Os discursos envolve-

ram diversos intervenientes, a falarem de diferentes lugares, com distintas responsabilidades e envolvimento nos acontecimentos. Variaram entre aqueles que, como Carlos Magno, acham que, em Entre-os Rios, 'a televisão também se precipitou directamente no rio Douro' (JN, 17 de Março de 2001) e os que, como Júlio Magalhães, dizem: 'em Castelo de Paiva as televisões tiveram e têm jornalistas, não pés-de-microfone' (Expresso, 7 de Abril de 2001).

Uma estória contada pelos *media*: dor e luto em directo

A derrocada da ponte Hintze Ribeiro deu azo a uma ampla cobertura por parte dos *media* e suscitou grande interesse entre os portugueses. Como vimos, não há unanimidade sobre a qualidade da cobertura desta 'tragédia televisiva' e há mesmo opiniões em pólos absolutamente opostos. Importa-nos, aqui, identificar as questões essenciais da prática jornalística que foram trazidas à discussão e tentar perceber até que ponto reflectem novas formas de fazer jornalismo ou apenas configuram adaptações de processos em continuidade. Trata-se de um acontecimento que, indubitavelmente, pelas suas características, se revestiu do maior interesse jornalístico, merecendo um alargado acompanhamento por parte dos *media*. Quanto a isto, não se verificou desacordo. Este surge, como vimos, quanto ao formato e duração deste acompanhamento.

No decorrer da cobertura televisiva, generalizou-se a utilização do termo 'tragédia' por parte dos populares que acorreram ao local, das autoridades, dos bombeiros, dos políticos e dos jornalistas, que, desde logo, adoptaram a palavra para classificar o acontecimento. Mas mais do que a um acontecimento trágico, assistimos à transmissão de uma 'tragédia televisiva' (enquanto género jornalístico), na acepção que lhe atribui Cintra Torres:

'(...) tragédia televisiva [é] o conjunto das transmissões pela televisão de um evento de âmbito nacional ou internacional, de carácter inesperado, altamente improvável, provocando ruptura na ordem social ou política, envolvendo a morte violenta de uma celebridade política ou mediática ou de outras pessoas desconhecidas, em resultado de atentado, ataque terrorista, acidente ou catástrofe natural, evento esse que origina o interesse com uma transmissão televisiva jornalística em directo que interrompe o normal fluxo televisivo, gera uma importante atenção pública e se prolonga por um período de vários dias.' (2003: 12)

'(...) é certo que há diariamente notícias que podem estimular o público a criar nelas a apreciação trágica. Mas nem todas as notícias trágicas podem ser tragédias televisivas: tem de haver uma conjugação de facto, importância, comunidade em perigo, disponibilidade dos meios televisivos, audiência e resposta da audiência.' (2003: 20)

Enquanto género jornalístico, a tragédia televisiva obedece, então, a uma lógica de construção que passa pelo aproveitamento de tecnologias, pela estratégia concorrencial, pelo recurso às transmissões em directo e que se constitui em todo um processo narrativo detalhadamente abordado por Cintra Torres (2003). Pode, por isso, dizer-se que a queda da Ponte Hintze Ribeiro, enquanto tragédia televisiva, foi, mais do que um acontecimento 'para' os *media*, um acontecimento 'dos *media*'. Mesquita (2003) defende precisamente a existência deste processo de 'construção mediática', que tem expressão no enfoque que é privilegiado e na relevância que é atribuída aos acontecimentos:

'Os sucessos ocorridos no Norte de Portugal ligados à queda da ponte de Entre-os-Rios (...) foram amplamente mediatizados dentro e fora das fronteiras nacionais. A forma como foram tratados na televisão portuguesa constitui um bom exemplo de rápida transição entre o «genuíno» e o «encenado». O acidente foi hipermediatizado ao longo de mais de uma semana: em nove dias as televisões generalistas terão transmitido seis dias consecutivos de emissão em directo de Castelo de Paiva. Num primeiro momento, houve imprevisto e alguma genuinidade, por entre a desordem gerada pelo inesperado e pela perturbação. Os governantes foram rapidamente colocados no banco dos réus e os representantes visíveis do poder local transformados em heróis efémeros. Numa segunda fase, o Governo e as «fontes organizadas» recuperaram o controlo do 'dispositivo alargado' e instalaram as suas equipas operacionais no local de forma a hegemonizarem o espectáculo televisivo.' (33,34)

Também Cintra Torres (2003) enfatiza este papel de construção e modelização desempenhado pela televisão, enquanto definidora do acontecimento como uma 'tragédia' e de âmbito nacional. Há, pois, um processo de legitimação da tragédia por parte dos órgãos de comunicação social. Este autor salienta ainda a 'omnipresença' das emissões televisivas que, colocando-se no centro dos acontecimentos, constituem-se como 'o principal meio informativo de acompanhamento dos eventos' (25):

'Por causa da televisão, a nossa visão e a interpretação do evento modificam-se, mas, mais ainda, a evolução dos acontecimentos subsequentes à tragédia tem uma dinâmica estabelecida principalmente em função da televisão da mesma forma que (...) o desfecho da teletragédia é, em parte, estabelecida pela ou por causa da televisão.' (Cintra Torres, 2003: 25)

Assumida esta dimensão de construção e encenação, enquanto ordenadora das emissões televisivas, impõe-se tentar perceber quais foram as estratégias que estiveram por detrás da transmissão, no caso que aqui abordamos, e até que ponto constituem uma nova forma de fazer jornalismo. Como tivemos já oportunidade de demonstrar, foram de diversa ordem as críticas apontadas ao trabalho jornalístico, mas, no âmbito deste trabalho, iremos centrar-nos num aspecto recorrentemente referido e que, a nosso ver, desempenha um impor-

tante papel para a compreensão do desenrolar da cobertura televisiva da 'tragédia' de Entre-os-Rios: a exibição (por vezes classificada como exploração) da dor e da morte, enquanto estratégia de construção.

Não defendemos aqui que esta seja a única questão a ter em conta, quando se problematiza o jornalismo a partir deste caso em particular³. Parece-nos, sim, que os diferentes aspectos e estratégias da emissão televisiva sobre a queda da Ponte Hintze Ribeiro, previamente referidos, se organizaram e desenvolveram em torno da necessidade de mostrar a dor e o luto. E defendemos que esta é uma necessidade incontornável neste tipo de transmissão, que pode ser cumprida sem recorrer necessariamente à exploração, à invasão e ao abuso, embora admitamos que estas situações acabem por ocorrer e terão ocorrido em Entre-os-Rios.

O mesmo processo que fez com que este acontecimento adquirisse um carácter nacional contribuiu para que não se criasse unicamente uma comunidade de espectadores interessados em receber informação sobre o desenvolvimento de uma determinada ocorrência, mas criou-se, também, uma autêntica comunidade nacional a viver uma situação de luto e ansiedade. Um luto indefinidamente adiado pela espera dos cadáveres. Uma comunidade que queria, a todo o momento, que lhe prestassem contas do andamento dos trabalhos e dos resultados. E aqui, cabe aos meios de comunicação proporcionar este luto à comunidade (Cintra Torres, 2003).

Parte deste processo de identificação também poderá ser explicado pelo facto de estarmos perante um acontecimento – a queda de uma ponte – que, embora pouco provável, é sentido como algo que poderia acontecer a qualquer um, já que as vítimas eram cidadãos anónimos. O 'poderia ter sido comigo', o fenómeno de 'mimetismo', a que alude Cintra Torres (2003: 29), favorece a empatia com as vítimas, com os familiares das vítimas, com os habitantes e pessoas que se deslocam ao local e com os jornalistas, que mostram o que precisamos de ver, como se estivéssemos no local, a participar numa espécie de 'velório' suspenso. Não basta recebermos informação que nos permita compreender e enquadrar os factos, mas queremos viver a tragédia com as mesmas emoções de quem chora os seus mortos. E, para isso, a dor e o luto têm, de facto, de estar ao nosso alcance através da imagem televisada.

Utilizamos a expressão 'velório suspenso', já que uma questão central que se colocou em Castelo de Paiva e nas transmissões televisivas foi a da recuperação dos corpos, que, não se verificando, impedia que o luto da comunidade se pudesse processar normalmente. Júlio Machado Vaz (*Jornal de Notícias*, 21 de Março) exprime precisamente esta necessidade:

³ A cobertura televisiva da queda da ponte em Entre-os-Rios é amplamente analisada em outros contributos, de entre os quais destacamos o de Eduardo Cintra Torres, na dissertação de Mestrado intitulada 'A tragédia televisiva. O caso-limite da dramatização na informação audiovisual'.

'Para essa paz, conviria encontrar os corpos que permitirão o choro de mãos dadas. Os rituais, religiosos ou não, e o apoio de quem dá um passo em frente para o que der e vier ajudam as pessoas a fazer a necessária viagem entre o estupor e a revolta iniciais e a reorganização dos seus quotidianos. O processo leva o seu tempo, diverso para cada um, mas é imperioso respeitá-lo.'

Acrescentaríamos a este debate uma questão de outra natureza, que acreditamos poder, em parte, explicar a importância da recuperação dos corpos e, consequentemente, da função do luto: o aspecto religioso. Não podemos ignorar o peso da religião católica e, por consequência, dos ritos fúnebres em Portugal e particularmente no Norte do país, onde se verificou a tragédia. É importante morrer bem, o que também passa pela existência de uma sepultura, onde o morto possa ser chorado e lembrado, um local que permita fechar a 'tragédia' e um processo que garanta uma passagem segura para o 'outro mundo'. Cabral e Goldey (1985) realizaram, a propósito desta temática, um conjunto de investigações no Noroeste de Portugal. Embora algumas das premissas que apontam tenham de ser reavaliadas à luz dos nossos dias, já que os trabalhos decorreram nos anos 70, há problemáticas que, em nosso entender, têm actualidade, nomeadamente a carga emocional associada à 'má morte', violenta e repentina, como o caso em estudo, e a importância dos ritos fúnebres:

'Finalmente, há a morte violenta, a má morte. Trata-se do tipo de morte que provoca a maior reacção na comunidade local. As manifestações de luto são muito fortes (...)' (Cabral, 1985: 68)

'Para além dos aspectos metafísicos, havia também um lado muito prático nesta questão da boa morte: morrer bem prevenido, na cama, permitia que uma pessoa se preparasse para a morte com a cerimónia adequada e tradicional e que deixasse determinados assuntos arrumados (...). Considera-se uma coisa terrível morrer longe da família, longe da aldeia ou, como actualmente acontece, longe do País. Aqueles que morrem repentinamente, ou num acidente, são chorados de uma forma muito particular. (...) Este conceito de boa morte engloba um conjunto de factores, tanto espirituais como práticos, que implicam que se organize o fim da vida em estrita conformidade com as normas religiosas e sociais aceites que vigoram durante a vida. (...) Morrer longe da aldeia é considerado indesejável e, se possível, os mortos ou os moribundos são trazidos de volta à aldeia para aí serem enterrados.' (Goldey, 1985: 90)

'(...) o que provoca inquietação é o facto de o ritual conveniente e da sequência dos passos a dar não terem sido observados; os vivos continuam a ter obrigações para com os mortos, a primeira das quais deve ser assegurar o enterro de acordo com os usos.' (Goldey, 1985: 97)

'Dos três momentos cruciais da vida dos indivíduos, enquanto o nascimento e o baptismo são considerados assuntos de família, os casamentos e os funerais dizem

obviamente respeito não só à família da pessoa falecida, mas também às outras famílias da aldeia.' (Goldey, 1985: 102)

Consideramos, pois, que não devemos entender, à partida, a exibição da dor, do luto e da morte nas transmissões das tragédias televisivas enquanto morbidez ou falta de ética. O que é criticável é a sua exploração o que, admitimos, terá acontecido em Entre-os-Rios, uma prática condenada na altura até pelo próprio Sindicato dos Jornalistas. Não apelamos, aqui, a nenhum tipo de condescendência com situações de abuso, em nome de um qualquer conformismo em relação às práticas jornalistas. Parece-nos, sim, que é impossível não mostrar dor, luto e morte, quando o assunto é dor, luto e morte.

Igualmente importante é perceber o recurso a diferentes formas e convenções de representar a morte, sem exibição de cadáveres, uma questão amplamente abordada por Cintra Torres (2003). Optando por não mostrar corpos (embora tenha acontecido, supomos que inadvertidamente) e perante, inclusivamente, a ausência destes, resta às televisões mostrar o que pode representar a morte: a dor das famílias e as declarações dos populares. A dor e o luto, de familiares e cidadãos, fazem parte do desenrolar e do desfecho, logo terão de ser mostradas, com o devido respeito pela intimidade dos envolvidos e pela sensibilidade dos telespectadores, salientamos.

Uma outra dimensão que não podemos ignorar neste debate é a da recepção, já que é aqui que nascem muitas das vozes críticas em relação às transmissões televisivas. Já nos referimos à avaliação que foi feita por críticos e profissionais do jornalismo, mas dever-se-á considerar também as questões associadas à audiência. A julgar pelas tiragens dos jornais e pelo aumento da audiência média das televisões, os leitores e telespectadores identificaram-se com a cobertura jornalística da queda da ponte. Na sua investigação, Cintra Torres (2003) aponta também o facto de haver um número muito baixo de queixas registadas no Serviço de Atendimento da SIC e ainda o depoimento curioso de um leitor do *Público*, que atribui à televisão uma função dissuasora:

'(...) o importante é que esses mesmos jornalistas têm apresentado à grande maioria dos portugueses exactamente o que eles querem ver: a recuperação do autocarro com todos os detalhes (...) como se estivessem nas próprias margens do rio Douro. E, ao fazerem a cobertura televisiva como o fizeram, talvez tenham afastado milhares de «mirones» do local, como as autoridades pretendiam.' (126)

Para compreendermos o interesse que o acontecimento suscitou nos portugueses e nos órgãos de comunicação social, não podemos deixar também de considerar o facto de, nas últimas décadas, terem sido raros os acidentes desta envergadura em território nacional. Recordamos, em 1985, o acidente ferroviário em Alfafache e, em 1997, o incêndio de origem criminosa no bar Mea Culpa, em Amarante, como os dois exemplos mais destacados. Por esse

motivo, compreende-se que não estivéssemos habituados à transmissão de 'tragédias televisivas' que envolvem 'pessoas como nós'.

Questões como o distanciamento dos jornalistas, a manifestação de emoções e de opiniões por parte dos profissionais, o respeito pela privacidade dos cidadãos, como contraponto ao direito de informar, ou o 'abuso' das emissões em directo são temas recorrentemente trazidos à discussão também a propósito de outras notícias. A diferença é que, durante a cobertura de uma 'tragédia televisiva', estamos perante uma nova dimensão das transmissões, proporcionada em grande parte pela evolução das tecnologias, que se reflecte ao nível do tempo de emissão, dos recursos disponíveis no local e também ao nível da ampliação da própria audiência. Desta forma, é possível mostrar muito mais e, nem sempre com qualidade, a um número muito maior de telespectadores, durante muito mais tempo.

Por tudo o que foi referido, não nos parece, pois, que o erro esteja na inevitável exibição da dor, mas sim nos momentos em que esta é explorada, recorrendo a diversas estratégias. Estes momentos existiram, e foram reconhecidos, mas não terão sido o denominador comum do trabalho dos jornalistas em Entre-os-Rios. Mas, como sabemos, também aqui os pontos de ruptura é que se constituem como notícia e é importante discuti-los e assinalá-los, para que não se tornem prática comum e adquirida.

Uma estória por contar: notas finais e linhas de análise a prosseguir

Orientámos este trabalho com o objectivo de saber se as críticas suscitadas pela cobertura jornalística da queda da ponte em Entre-os-Rios permitiriam problematizar as práticas e rotinas jornalísticas numa perspectiva de continuidade ou sob a forma de novas tendências no exercício da profissão. Relativamente a esta matéria, e em função do exposto, parece-nos que temos razões para crer que não estamos perante novas questões ou novas problematizações, mas antes perante uma ampliação de 'velhas questões', resultante do aumento da visibilidade do trabalho dos jornalistas e dos seus efeitos numa situação de 'tragédia televisiva'. Daí que os abusos dos jornalistas se tornem, também eles, mais visíveis.

Consideramos que seria pertinente tentar averiguar se, à distância, os modos de ver se mantêm. Um ano depois da tragédia, Estrela Serrano (*Diário de Notícias*, 2002), Provedora do Leitor do *Diário de Notícias*, relembra os procedimentos errados que, na altura, repetidamente passaram pelos ecrãs dos portugueses e assinalava um conjunto de acontecimentos posteriores em que os mesmos erros foram cometidos, mesmo depois do debate suscitado na ocasião. Como explicação para esta realidade, assume que 'as respostas a estas questões são, é certo, mais difíceis que as perguntas', 'além de não existirem

respostas definitivas'; mas defende que 'a lógica das audiências – que promove as emissões mais dramáticas – não pode explicar tudo' e que 'o jornalismo perderia a sua razão de ser se se deixasse submergir pela realidade cínica do mercado'. Um ano depois, as problemáticas continuavam a ser as mesmas. Hoje, provavelmente, continuaríamos a indagar as mesmas lógicas. Também importaria confrontar os jornalistas que estiveram a cobrir a queda da ponte (a maioria dos quais nunca expressou publicamente a sua visão dos factos) e os responsáveis editoriais, para saber se se revêem nas críticas e como avaliam hoje o trabalho que então realizaram. Acima de tudo, importaria averiguar se a experiência que viveram produziu alterações substanciais na sua forma de trabalhar. Enfim, averiguar a expressão prática do debate que se realizou ao nível da qualidade do exercício do jornalismo. Naturalmente, um trabalho desta natureza implica limitações. Uma das mais evidentes é o facto de estarmos a cingir-nos aos comentários feitos na imprensa escrita, e nem mesmo quanto a estes poderemos reclamar a exaustividade da pesquisa. Contudo, e a julgar pelo que então observámos nos outros meios, não temos razões para crer que a avaliação e os argumentos fossem substancialmente diferentes. Recordamos que nunca foi nossa pretensão avaliar a qualidade da cobertura jornalística da queda da ponte, o que exigiria uma investigação com outra envergadura, mas apenas partir da análise das opiniões publicadas na altura dos acontecimentos.

Já nos referimos à importância de escrutinar e discutir o trabalho dos jornalistas em sociedades democráticas, com o objectivo de melhorar a sua qualidade, o que passa necessariamente por um público exigente. Parece-nos que este é um bom exemplo dessa mais-valia quer pelas questões que foram levantadas, quer pelos que intervieram no debate: também os jornalistas e o Sindicato participaram na discussão. Para finalizar, uma breve nota. 'A ponte mais vista do país' foi a fórmula então adoptada pela comunicação social para referir os acontecimentos. Até hoje, terá sido a ponte que mais se viu em Portugal, mas, no dia 5 de Março de 2001, como observou Susete Francisco (*Público*, 2001, 7 de Março), a informação não foi líder de audiências, mas sim uma telenovela: 'Laços de Família'. Foi a novela e não os directos de Entre-os-Rios que deram à SIC a liderança na corrida do dia.

Breve cronologia dos principais acontecimentos

- 04.03.2001 Desabamento da Ponte Hintze Ribeiro, provocando a queda de um autocarro com 59 pessoas e de três veículos ligeiros.
- 05.03.2001 Demissão de Jorge Coelho, ministro do Equipamento e Obras Públicas; início das operações de salvamento, a cargo do Instituto Hidrográfico, sob o comando de Augusto Ezequiel; primeiro corpo

retirado do Douro; primeiro-ministro António Guterres visita Castelo de Paiva; abertura de inquérito para apurar responsabilidades.

- 06.03.2001 Primeiro *briefing* em directo a partir de Castelo de Paiva; Presidente Jorge Sampaio visita Castelo de Paiva; primeiro funeral.
- 07.03.2001 Primeiro mergulho falhado no Douro.
- 08.03.2001 Chegada de mergulhadores franceses; corpos encontrados na Galiza.
- 09.03.2001 Corpos encontrados na Galiza recebidos no Aeroporto Sá Carneiro, com honras de Estado; tomada de posse de Jorge Sampaio.
- 11.03.2001 Presidente da República e representantes dos principais partidos assistem a missas de Sétimo Dia.
- 12.03.2001 Minuto de silêncio no Parlamento Europeu, em memória das vítimas.
- 19.03.2001 Localização do autocarro e primeiras tentativas de resgate.
- 20.03.2001 Operações de recuperação do autocarro e de alguns corpos.
- 23.03.2001 Autocarro em terra firme.
- 01.03.2001 Resgate de um dos veículos ligeiros e ocupantes.
- 07.03.2001 Resgate do segundo veículo ligeiro.
- 08.03.2001 Interrupção das operações de busca.
- 19.03.2001 Retorno da equipa do Instituto Hidrográfico a Castelo de Paiva; localização do terceiro veículo ligeiro.
- 20.03.2001 Equipa de salvamento abandona definitivamente o local.

Bibliografia

- Cabral, J. P. (1985). 'Os cultos da morte no Noroeste de Portugal' in Feijó, R. J., Martins, H. & Cabral J. P. (eds.) *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa: Quercus, pp. 65-87.
- Cintra Torres, E. (2003) *A Tragédia Televisiva. O Caso-Limite da Dramatização da Informação Audiovisual*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa: ISCTE.
- Ezequiel, A. & Vieira, A. (2002) *A Missão em Castelo de Paiva. Relato de um participante nas operações de resgate*, Lisboa: Caminho.
- Goldey, P. (1985) 'A boa morte: Salvação pessoal e identidade comunitária' in Feijó, R. J., Martins, H. & Cabral J. P. (eds.) *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa: Quercus, pp. 89-109.
- Mesquita, M. (2003) *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra: Minerva.

Artigos de Imprensa

- Carreira Bom, João (2001, 18 de Março). 'O «poder político» dos jornalistas'. *Diário de Notícias*.

Chaparro, Carlos (2001, 8 de Março). 'A tragédia vista pela TV: O *show* da dor'. O *Ribatejo*.

Cabral, Francisco Sarsfield (2001, 24 de Março). 'Sinais de esperança'. *Público*.

Coelho, Pedro (2001, 25 de Março). 'Resposta breve a um editorial'. *Público*.

Fernandes, José Manuel (2002, 21 de Março). 'Já não há jornalistas nas televisões?' *Público*.

Fernandes, José Manuel (2002, 25 de Março). 'As três questões essenciais'. *Público*.

Fidalgo, Joaquim (2001, 18 de Março). 'Verdades e mentiras'. *Público*.

Fidalgo, Joaquim (2001, 25 de Março). '«Notícias» à venda'. *Público*.

Francisco, Susete (2001, 7 de Março). 'E o mais visto foi... a novela'. *Diário de Notícias*.

Francisco, Susete (2001, 11 de Março). 'Ministro pede contenção na cobertura de Castelo de Paiva'. *Diário de Notícias*.

Francisco, Susete (2001, 14 de Março). *Sindicato aponta 'erros graves'*. *Diário de Notícias*.

Pereira, Arminda Rosa (2001, 14 de Março). 'Tiragens: Castelo de Paiva aumenta circulação dos jornais'. *Diário de Notícias*.

Magalhães, Júlio (2001, 7 de Abril). 'A TV em Castelo de Paiva'. *Expresso*.

Magno, Carlos (2001, 18 de Março). 'A ponte do dia seguinte'. *Diário de Notícias*.

Marinho, Luís (2001, 25 de Março). 'Carta aberta ao director'. *Público*.

Martins, Fernando (2001, 18 de Março). 'A intimidade de uma lágrima exige o respeito de todos'. *Jornal de Notícias*.

Pereira, Arminda Rosa (2001, 14 de Março). 'Tiragens: Castelo de Paiva aumenta circulação dos jornais'. *Diário de Notícias*.

Pereira, Arminda Rosa (2001, 13 de Março). 'Ética: Paivenses foram as vítimas ou os cúmplices dos *media*?' *Diário de Notícias*.

Pereira, José Pacheco (2001, 15 de Março). 'O *show* da morte'. *Público*.

Rangel, Emídio (2001, 10 de Março). 'Quero insurgir-me...'. *Diário de Notícias*.

Serrano, Estrela (2002). 'Alarme na primeira página'. *Diário de Notícias*.

Sousa, Judite de (2001, 17 de Março). 'Informação em tempo real'. *Jornal de Notícias*.

Sousa Tavares, Miguel (2001, 16 de Março). 'A falta que faz uma opinião pública'. *Público*.

Torres, Eduardo Cintra (2001, 12 de Março). 'Na televisão, como uma tragédia grega'. *Público*.

Torres, Eduardo Cintra (2001, 17 de Março). 'O fim do acto trágico'. *Público*.

Vaz, Júlio Machado (2001, 21 de Março). 'Lutos (I)'. *Jornal de Notícias*.

Site do Sindicato dos Jornalistas Portugueses, <http://www.jornalistas.online.pt>

Site do jornal *Público*, www.publico.pt